



GUIA PARA COORDENADORES DE CURSO

Orientações para a inclusão de
estudantes com deficiência

Apoio:



PROADE
PRO REITORIA DE AÇÕES AFIRMATIVAS,
DIVERSIDADE E EQUIDADE

unesp

Financiamento:



CMDTA
CENTRO MULTIDISCIPLINAR
PARA O DESENVOLVIMENTO DE
Tecnologias Assistivas

Apresentação

Derivado de constantes lutas no campo dos Direitos Humanos, nota-se a ampliação do acesso e da presença das pessoas com deficiência no Ensino Superior (público e privado). Em 2014, houve o ingresso de 33.377 pessoas com algum tipo de deficiência, Transtornos Globais do Desenvolvimento e Altas Habilidades/Superdotação (AH/SD). Esse número saltou para 95.572 em 2024, segundo o Censo da Educação Superior Brasileira do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – Inep (2025).

Em dados específicos, foram registradas 29.126 matrículas de pessoas com algum tipo de deficiência física, 21.748 com baixa visão, 15.941 com Transtorno do Espectro Autista (TEA), 10.577 com deficiência intelectual, 10.258 com deficiência auditiva, 5.667 com AH/SD, 4.856 com cegueira, 2.948 com visão monocular, 2.377 com surdez e 734 com surdocegueira.

Esse progressivo acesso ao Ensino Superior foi viabilizado a partir da promulgação e da materialização de diferentes políticas públicas educacionais fundamentadas nos princípios da Educação Inclusiva. Esse avanço representa um importante marco na promoção da igualdade de direitos, da justiça social e da equidade de oportunidades para um grupo historicamente marginalizado em razão de suas condições.

Entretanto, o acesso à universidade é apenas o primeiro passo rumo à inclusão. É indispensável construir e fortalecer uma rede de suportes, serviços e interações que possibilite às pessoas com deficiência participar, aprender e se desenvolver ao longo de toda a trajetória acadêmica. A efetivação da inclusão no Ensino Superior requer, portanto, ações institucionais planejadas e intencionais capazes de assegurar acessibilidade em suas múltiplas dimensões – pedagógica, comunicacional, atitudinal, arquitetônica, instrumental e programática (normas e regimentos) e de criar condições reais para a permanência e o sucesso acadêmico desses(as) estudantes.

Apresentação

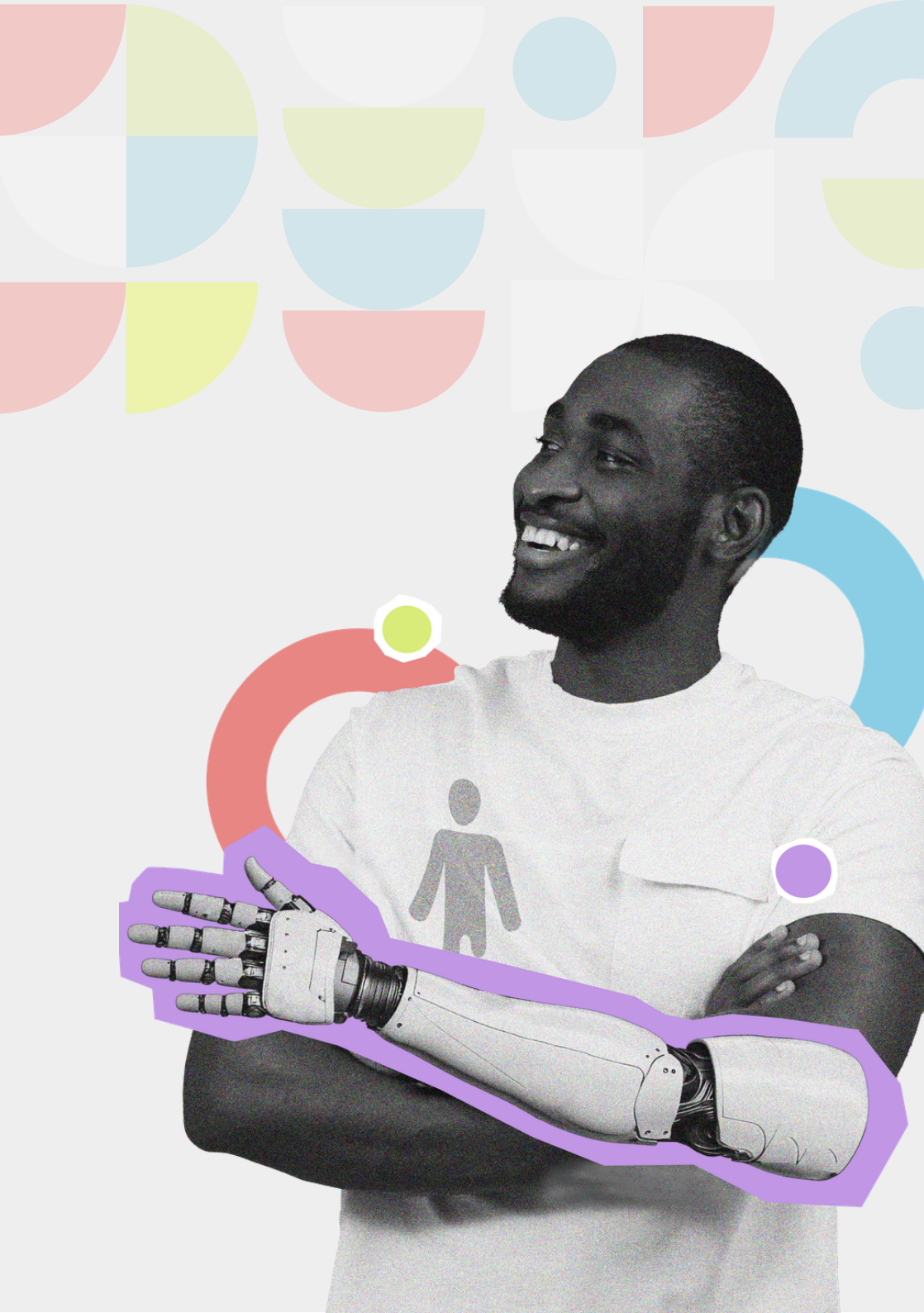


Nesse contexto, o objetivo deste guia é oferecer subsídios teórico-práticos a coordenadores(as) de cursos de graduação, contribuindo para o planejamento, a organização e a promoção de ações voltadas ao acompanhamento e ao suporte da trajetória acadêmica de universitários(as) com deficiência. Para alcançar o objetivo proposto, este material foi elaborado com base nas reflexões decorrentes dos resultados da pesquisa de estágio pós-doutoral do autor José Tadeu Acuna (Processo CNPq nº 2024/150015), supervisionado pela Profa. Dra. Lúcia Pereira Leite (Departamento de Psicologia – Unesp/Bauru), com a colaboração de Pedro Henrique Faria, bolsista de apoio técnico da FAPESP. A produção do material contou com o apoio da Pró-Reitoria de Ações Afirmativas, Diversidade e Equidade (PROADE) da Unesp e com financiamento da FAPESP, por meio do Centro Multidisciplinar para o Desenvolvimento de Tecnologia Assistiva (CMDTA), da Unesp, campus de Bauru.

. Busca-se, assim, fortalecer o papel do(a) coordenador(a) como agente estratégico na consolidação de uma cultura universitária inclusiva.

Para orientar esse processo, o conteúdo do guia está organizado em quatro seções que se encontram no índice.







Índice

1ª Seção

Conceitos e políticas

Apresenta conceitos fundamentais e um panorama das políticas públicas educacionais que embasam a Educação Inclusiva e a Inclusão Educacional no Ensino Superior.

2ª Seção

Deficiências: definições e proposições de acessibilidade.

Traz informações sobre diferentes tipos de deficiência e recursos de acessibilidade necessários para viabilizar a inclusão.

3ª Seção

Fluxo de ações na coordenação de cursos

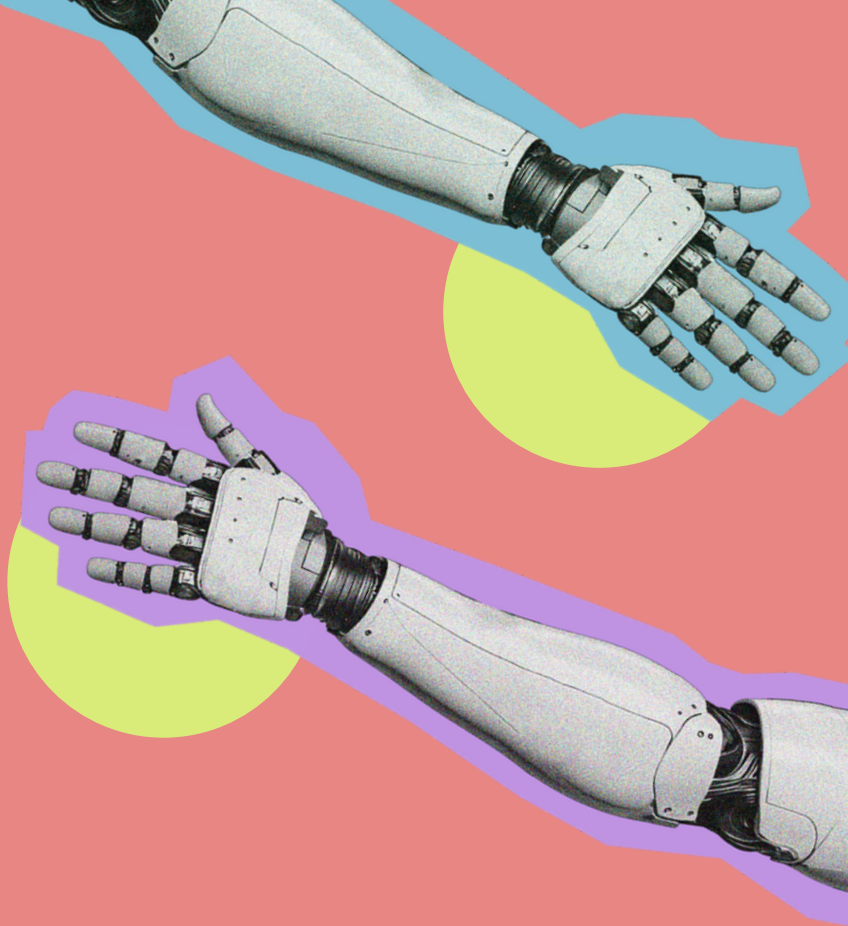
Propõe fluxos e procedimentos de ação a serem articulados e executados pelos(as) coordenadores(as) de curso, visando à oferta de suporte às pessoas com deficiência matriculadas.

4ª Seção

Superando barreiras comunicacionais e atitudinais: dicas sobre como interagir com pessoas com deficiência.

Convida à reflexão sobre as barreiras atitudinais, discutindo estratégias para sua superação e para a promoção de uma cultura efetivamente inclusiva.





1ª Seção

Conceitos e políticas

Considerando a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva – PNEEPI (Brasil, 2008a), as Orientações para a Implementação da Política de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (Brasil, 2015a) e a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 (Brasil, 2015b), reconhecida como Estatuto da Pessoa com Deficiência, são apresentados conceitos, definições e políticas sobre inclusão educacional.

Educação Inclusiva

Conjunto de pressupostos teóricos que afirmam o direito de todas as pessoas de participarem do processo educacional de forma igualitária em direitos e com equidade de oportunidades para aprender. As diferenças pessoais são vistas como potencialidades que orientam ações dentro e fora das instituições de ensino, com o intuito de organizar e implementar respostas às demandas particulares de cada sujeito.

Inclusão Educacional

No Brasil, é um fenômeno relacionado às pessoas com algum tipo de deficiência (física, auditiva, visual, intelectual, múltipla), TEA e AH/SD. Abrange o debate sobre atender às necessidades educacionais comuns e específicas desses(as) estudantes. Portanto, não se trata somente de garantir o acesso das pessoas à educação, mas de promover condições de permanência e conclusão dos estudos com qualidade.

Educação Especial

Conjunto de ideias, recursos e ações que perpassam todos os níveis de ensino (básico e superior), com vistas à inclusão dos(as) estudantes com deficiências, TEA e AH/SD, reconhecidos como Público da Educação Especial. A Educação Especial se efetiva por meio do Atendimento Educacional Especializado (AEE) e de outros serviços orientados para garantir a acessibilidade desse público.

Acessibilidade

Refere-se à instituição de recursos e condições contextuais para que as pessoas possam participar dos processos sociais e educacionais, bem como permanecer neles, de tal forma que seus direitos sejam respeitados e suas particularidades e necessidades atendidas. Existem diferentes dimensões de acessibilidade que se integram e se articulam, a saber:

- **Programática:** abrange políticas, normativas e regulamentos.
- **Arquitetônica:** relacionada à estrutura e ao cenário físico.
- **Instrumental:** objetos, utensílios e ferramentas no ambiente em que os sujeitos estão.
- **Comunicacional:** refere-se à qualidade da comunicação estabelecida entre as pessoas.
- **Atitudinal:** relacionada à anterior, diz respeito ao pensar, sentir e agir frente ao outro.
- **Metodológica ou pedagógica:** aborda o processo pedagógico, as práticas e as técnicas relacionadas ao ensinar.

Barreiras de Acessibilidade

São elementos que dificultam ou impedem a participação, a permanência e o bem-estar das pessoas em diferentes ambientes e relações sociais. Podem ser classificadas em seis tipos principais:

- **Arquitetônicas:** ausência de rampas, pisos táteis e elevadores.
- **Comunicacionais:** ausência de tradutores/intérpretes de Língua Brasileira de Sinais (Libras) e de materiais adaptados à comunicação.
- **Metodológicas:** falta de adaptação e flexibilização curricular, além de materiais didáticos e pedagógicos acessíveis.
- **Instrumentais:** carência de materiais e recursos tecnológicos adequados.
- **Programáticas:** ausência de políticas de acessibilidade dentro e fora dos campi.
- **Atitudinais:** preconceitos, estereótipos e estigmas por parte de docentes, funcionários e outros estudantes.

Essas barreiras configuram obstáculos à efetiva inclusão e requerem ações integradas para sua superação.

Deficiência

Condição física, mental, intelectual ou sensorial que, em interação com diversas barreiras, pode restringir a participação plena e efetiva da pessoa nas instituições educacionais e na sociedade. Cabe destacar que tal condição não deve ser vista como algo negativo ou inferior; trata-se apenas de uma diferença quando comparada a uma maioria.

Políticas públicas que abordam a temática inclusão

No Quadro 1, são apresentadas as principais normativas brasileiras que tratam da inclusão educacional, servindo como referência para a organização de ações acadêmicas e administrativas voltadas ao atendimento das pessoas com deficiência.

Quadro 1 –
Marcos legais e normativos sobre inclusão educacional

Normativa	Informações relevantes
Constituição Federal de 1988.	Garantia dos direitos e deveres dos grupos sociais historicamente marginalizados por condições variadas (Brasil, 1988).
Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002 (Lei da Libras).	A Libras é reconhecida como meio legal de comunicação e expressão (Brasil, 2002).
Portaria n o 3.284, de 7 de novembro de 2003.	Estabelece e define condições de acessibilidade que uma Instituição de Educação Superior (IES) deve ter para inaugurar cursos de graduação. Esclarece os tipos de acessibilidade (Brasil, 2003).
Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (PNEEPEI) de 2008.	Definiu e operacionalizou a Educação Especial (Brasil, 2008a).



<i>Normativa</i>	<i>Informações relevantes</i>
Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012 (Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista).	Definição de TEA e dispõe sobre os direitos da pessoa nessa condição (Brasil, 2012).
Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência).	Determina direitos e orienta fluxos de ações para garantir à inclusão da pessoa com deficiência (Brasil, 2015b).
Lei nº 13.409, de 28 de dezembro de 2016. Altera a Lei nº 12.711/2012 que dispõe sobre a reserva de vagas para pessoas com deficiência nos cursos técnico de nível médio e superior das instituições federais de ensino.	Reserva o mínimo de 5% das vagas para o ingresso de pessoas com deficiência nos cursos de graduação (Brasil, 2016).



2ª Seção



Deficiências: definições e proposições de acessibilidade.



Com base na PNEEPI (Brasil, 2008a), são apresentadas as características e as definições das deficiências, bem como alguns dos suportes de acessibilidade requeridos mediante suas expressões. Além disso, são feitas ressalvas sobre a neurodivergência e o Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH); mesmo não sendo considerados deficiências, são aqui mencionados com fins de diferenciação dos demais transtornos.

Deficiência Física

Alteração total ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano, resultando em comprometimento da funcionalidade motora. Pode manifestar-se de diversas formas: paraplegia, tetraplegia, hemiplegia (paralisia permanente de um lado do corpo) ou ausência de um membro ou parte dele. Além disso, condições como paralisia cerebral, nanismo e deformidades, sejam congênicas ou adquiridas, também são consideradas deficiências físicas.

Deficiência Auditiva

Perda auditiva bilateral, podendo ser parcial ou total, com limiares auditivos a partir de 41 dB, medidos por audiogramas nas frequências de 500 Hz, 1.000 Hz, 2.000 Hz e 3.000 Hz. Quando os limiares auditivos ultrapassam 71 dB nessas mesmas frequências, a condição é classificada como surdez severa. A deficiência auditiva pode ser categorizada em três níveis principais: surdez total, grande dificuldade permanente de ouvir e alguma dificuldade permanente de ouvir.

Deficiência Visual

Incapacidade de enxergar adequadamente, mesmo com o auxílio de óculos ou lentes. Essa condição é subdividida em três categorias principais: cegueira total, grande dificuldade permanente de enxergar e alguma dificuldade permanente de enxergar.

Deficiência Intelectual

Limitações significativas no funcionamento intelectual e na conduta adaptativa, abrangendo habilidades conceituais, sociais e práticas. Essas dificuldades impactam a capacidade do indivíduo de adquirir conhecimentos, comunicar-se e interagir de maneira eficaz em diferentes contextos, comprometendo o desempenho em atividades cotidianas e a participação social.

Deficiência Múltipla

Condição caracterizada pela coexistência de dois ou mais tipos de deficiência em um mesmo indivíduo, como combinações entre deficiência intelectual e deficiência do campo sensorial (auditiva ou visual, por exemplo).

Transtorno do Espectro Austista (TEA)

Por força da Lei nº 12.764/2012, o TEA é reconhecido legalmente como uma deficiência. Essa condição é caracterizada por déficits na comunicação e na interação social, bem como por alterações no processamento sensorial e na regulação das próprias emoções e dos vínculos interpessoais.

Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH)

Não é uma deficiência, embora seja comum o equívoco de entendê-lo dessa forma. O TDAH é um transtorno do neurodesenvolvimento – assim como o TEA – e, por isso, compartilham alguns sintomas. O TDAH é uma condição complexa que envolve dificuldades na atenção sustentada e na regulação emocional, podendo haver impulsividade e extroversão. Contudo, a pessoa com TDAH não apresenta prejuízo significativo na comunicação social.

Neurodivergência

O termo “neurodivergente” refere-se a uma pessoa cujo funcionamento neurológico se desvia do padrão majoritário. Nesse sentido, a neurodiversidade representa as diferenças neurológicas do cérebro humano.

Elas não devem ser vistas como “erros”, “doenças” ou “desequilíbrios” a serem curados, mas, sim, como parte da diversidade humana (Singer, 2017). A neurodivergência abrange condições como TDAH, dislexia, discalculia, dispraxia e Síndrome de Tourette; todavia, nem toda pessoa neurodivergente tem alguma deficiência.

Suportes de acessibilidade considerando o tipo de deficiência.

Cabe destacar que estar na condição de pessoa com deficiência não implica, obrigatoriamente, a necessidade de algum apoio específico; é preciso investigar junto ao sujeito se há alguma demanda.

Quadro 2 –

Acessibilidade na universidade, na sala de aula e outros suportes específicos à pessoa com deficiência

<i>Tipo de deficiência ou condição</i>	<i>Acessibilidade no ambiente universitário</i>	<i>Acessibilidade pedagógica em sala</i>	<i>Recursos específicos de acessibilidade</i>
Deficiência Física	Foco nas adaptações arquitetônicas: rampas, elevadores, sanitários e rotas acessíveis entre blocos. Ao programar a atribuição de aulas, é importante considerar o local onde ocorrerão e o deslocamento necessário entre prédios. Assegurar vagas de estacionamento reservadas e sinalizadas.	Organização do espaço físico que permita livre circulação e fácil acesso a materiais. Mobiliário adaptado. Disposição acessível para garantia de autonomia no uso de recursos tecnológicos e laboratoriais. Planejamento prévio de atividades práticas que demandem deslocamento ou manipulação de objetos, assegurando participação plena.	Tecnologias assistivas adaptadas conforme a necessidade, incluindo dispositivos de manipulação manual; tecnologias de controle por movimento de íris; cadeiras motorizadas; suportes ergonômicos; próteses e equipamentos de alcance; acompanhamento por monitor ou apoio acadêmico, quando necessário.
Deficiência Auditiva	Disponibilidade de intérprete de Língua Brasileira de Sinais (Libras) ou guia-intérprete; sistemas FM, aplicativos de transcrição automática de fala em texto e amplificadores de som; materiais e comunicados institucionais bilíngues.	Comunicação face a face, com ritmo cadenciado e boa articulação labial. Evitar falar enquanto escreve no quadro. Utilizar recursos visuais e legendas em vídeos e apresentações. Providenciar material didático com antecedência ao intérprete. Oferecer alternativas avaliativas (por escrito) caso a modalidade oral seja uma barreira. Estimular a interação com colegas via Libras, escrita ou aplicativos de tradução.	Incentivo ao uso de tecnologias assistivas de comunicação.

Tipo de deficiência ou condição	Acessibilidade no ambiente universitário	Acessibilidade pedagógica em sala	Recursos específicos de acessibilidade
Deficiência Visual	Sinalização tátil em Braille em salas, corredores e sanitários. Adequação de sistemas digitais institucionais e ambientes virtuais de aprendizagem (AVA) para compatibilidade com leitores de tela. Acesso a bibliotecas acessíveis e empréstimo de materiais em formatos alternativos (áudio, Braille, digital). Impressoras para Braille.	Texto em Braille, áudio, fonte ampliada ou formato digital acessível. Contraste visual adequado (fundo escuro e letras claras). Descrição oral de conteúdos visuais em slides, quadros ou vídeos. Permitir e/ou disponibilizar gravação das aulas para revisão posterior.	Solicitação prévia de adaptações de material; apoio de pares ou tutores em deslocamentos ou atividades específicas.
Deficiência Intelectual	Flexibilização curricular, quando necessário, sem comprometer os objetivos de aprendizagem. Disponibilização de recursos de aprendizagem concretos, visuais e interativos nos espaços comuns e virtuais. Mapas de fluxos institucionais.	Foco no desenvolvimento de habilidades práticas e competências específicas. Organização de conteúdos em etapas menores e progressivas. Reforço conceitual por meio de revisões e atividades com variação de formato. Linguagem clara, objetiva e contextualizada. Utilização de metodologias ativas e avaliações diversificadas (portfólios, apresentações orais, práticas).	Uso de recursos tecnológicos que facilitem a organização e o estudo (aplicativos de agenda, lembretes, vídeos explicativos). Planejamento de rotina de estudos com acompanhamento gradual de tutor. Participação em grupos de apoio e atividades de socialização.
TEA	Ambientes sensorialmente adequados (redução de ruídos, iluminação controlada, áreas de descanso). Comunicação institucional clara, previsível e preferencialmente escrita.	Disponibilização do conteúdo com antecedência. Uso de mapas conceituais, esquemas e recursos visuais que explicitem processos e etapas. Definição clara de objetivos, critérios e prazos das atividades. Extensão de tempo para execução e entrega de tarefas, quando necessário. Considerar formatos avaliativos diferenciados (visuais, orais, práticos). Evitar mudanças bruscas de rotina e avisar previamente sobre alterações.	Apoio psicopedagógico e acompanhamento individualizado. Uso de recursos organizacionais e tecnológicos para estruturação da rotina e/ou redução de ansiedade. Monitoria.

<i>Tipo de deficiência ou condição</i>	<i>Acessibilidade no ambiente universitário</i>	<i>Acessibilidade pedagógica em sala</i>	<i>Recursos específicos de acessibilidade</i>
TDAH	Disponibilização de espaços silenciosos e com poucos estímulos para estudo e avaliação. Oferta de materiais digitais e recursos tecnológicos que facilitem o foco e o acompanhamento de atividades.	Fracionar grandes tarefas em etapas menores, com metas intermediárias e prazos definidos. Reforçar informações-chave, repetir instruções importantes e sintetizar ideias centrais ao final das aulas. Utilizar fluxogramas, esquemas e mapas mentais para favorecer a organização cognitiva. Estabelecer momentos e prazos específicos de participação em aula. Minimizar distrações visuais e sonoras no ambiente.	Uso de aplicativos e ferramentas digitais para gestão de tempo e tarefas (cronômetros, lembretes, planners). Apoio psicopedagógico para estratégias de estudo.

Fonte: elaboração própria





3^a Seção

Fluxo de ações na coordenação de cursos

Atualmente, os conselhos de curso da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp) são regidos pela *Resolução nº 21*, de 5 de maio de 2011, que apresenta uma série de responsabilidades para os(as) coordenadores(as) (Unesp, 2011). Suas funções são: definir e acompanhar a proposta pedagógica do curso, estabelecer normas para aproveitamento de estudos e supervisionar o processo de orientação dos(as) alunos(as), inclusive no momento da matrícula e em atividades complementares.

Outras tarefas importantes incluem definir normas para estágios e trabalhos de conclusão de curso, além de conduzir processos relacionados à matrícula de alunos(as) especiais e ouvintes. Os conselhos também precisam deliberar sobre diretrizes para a criação de horários das atividades, sugerir alterações no número de vagas do vestibular, organizar o calendário anual do curso e conduzir processos de transferência.

O papel do coordenador é essencial, uma vez que visa à melhoria contínua do curso e à mediação do processo pedagógico com qualidade, equilibrando as necessidades e as responsabilidades de professores(as) e alunos(as). Essa tarefa de mediação vai além da simples organização acadêmica, sendo fundamental que ela se baseie nos princípios da Educação Inclusiva. Isso significa promover um ambiente acolhedor, que valorize a diversidade e garanta a todos os estudantes, incluindo aqueles com diferentes necessidades, condições de acesso, participação e sucesso nas atividades acadêmicas.



Passo a Passo

1º Passo

Conhecer e estudar as políticas de inclusão da IES para identificar os serviços de suporte à trajetória acadêmica do(a) estudante com deficiência.

Anterior a qualquer ação destinada ao(à) estudante, o(a) coordenador(a) deve refletir sobre o que a universidade pode oferecer tanto ao(à) estudante com deficiência quanto aos(às) professores(as) no que tange ao apoio pedagógico. Para isso, faz-se necessário conhecer as políticas de inclusão da própria unidade, identificando os serviços e os recursos de acessibilidade disponíveis.

No caso da Unesp de Bauru, por exemplo, a Portaria nº 69, de 12 de fevereiro de 2020 (Unesp, 2020) institui as Diretrizes Gerais da Política de Acessibilidade e Inclusão e prevê a atuação de comissões, núcleos e outros grupos, como a Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão (CPAI), a Comissão Local de Acessibilidade e Inclusão (CLAI), o Grupo de Apoio Pedagógico (GAP), o Núcleo Técnico de Atenção Psicossocial (NTAPS), a Seção Técnica de Saúde (STS) e o Centro de Psicologia Aplicada (CPA).

Além disso, a Coordenadoria de Desenvolvimento Profissional e Práticas Pedagógicas da Unesp (CDeP3), que se capilariza em núcleos locais nos diferentes campi – não somente na Unesp de Bauru –, desempenha um papel importante, assim como a Coordenadoria de Ações Afirmativas, Diversidade e Equidade (CAADI), que oferece cursos e materiais online sobre conteúdos relacionados à inclusão social e educacional das pessoas com deficiência. A CAADI explicita o fluxo de ações a serem executadas para a solicitação de apoio e encaminhamento de estudantes com deficiência matriculados(as) em cursos de graduação.

2º Passo

Identificar os(as) estudantes com algum tipo de deficiência. O(a) coordenador(a) pode solicitar esses dados à seção técnica de graduação, uma vez que, no momento da matrícula e rematrícula, o(a) aluno(a) pode se autodeclarar como pessoa com deficiência. É importante certificar-se da presença desses(as) estudantes no curso. Assim, sugere-se que a coordenação elabore um questionário virtual de identificação e o envie no início de cada semestre, com o intuito de levantar informações úteis para a organização e mobilização de recursos aos(às) estudantes que eventualmente solicitem apoio.

O questionário pode ser elaborado em colaboração entre coordenador(a) e professores(as), considerando as especificidades de cada curso e favorecendo a cooperação entre os envolvidos. Para facilitar e otimizar o trabalho da coordenação, recomenda-se que o questionário contemple os seguintes itens:

- Informações acadêmicas básicas do(a) estudante: origem, período matriculado, se se considera pessoa com deficiência, se tem laudo e/ou faz uso de medicação e/ou acompanhamento terapêutico.
- Adaptações ou recursos anteriormente disponibilizados ao(à) estudante.
- Adaptações ou recursos necessários a serem implementados.
- Solicitações ou pedidos específicos a professores(as) e/ou coordenação.

3º Passo

Compartilhar as informações obtidas no 2º passo com os(as) docentes do curso e verificar o que eles(as) sabem e fazem para atender às demandas educacionais dos(as) estudantes. Essa etapa é essencial para compreender quais ações podem ser implementadas.

Caso coordenadores(as) e professores(as) não tenham clareza sobre as ações possíveis e necessárias, considerando as demandas dos(as) estudantes, é recomendável encaminhar suas dúvidas a algum serviço de orientação pedagógica especializada ou solicitar a supervisão de um profissional da área da Educação. O Núcleo Técnico de Atenção Psicossocial (NTAPS), por exemplo, conta com profissionais de Psicopedagogia capacitados para fornecer esse tipo de orientação.

Outra estratégia possível é solicitar uma reunião com os(as) professores(as) do curso para discutir as demandas dos(as) estudantes com deficiência. Nesse momento de diálogo, o(a) coordenador(a) pode mediar a troca de experiências, angústias e dúvidas, estimulando a cooperação e o entendimento entre os(as) docentes. Ao final, recomenda-se a elaboração de um documento identificando as necessidades de formação dos(as) professores(as), o qual deve ser encaminhado a algum serviço de apoio pedagógico especializado.

As perguntas a seguir podem ser utilizadas para fomentar o diálogo:

- Quais são os(as) estudantes com deficiência matriculados(as) no curso?
- O que eles exigem? É possível atender essas demandas?
- O que já foi feito para atender às demandas dos(as) estudantes?
- Há alguma dificuldade em lidar com alguma situação e/ou estudante com deficiência?
- Gostaria de solicitar apoio pedagógico especializado?

Após dialogar com o corpo docente sobre as condições e demandas dos(as) estudantes e refletir sobre a possibilidade de solicitar apoio pedagógico especializado, é fundamental propor suporte efetivo aos(às) acadêmicos(as). Com os dados do questionário em mãos, o(a) coordenador(a) deve entrar em contato com os(as) estudantes para explorar as informações prestadas e identificar possíveis demandas não informadas inicialmente. Esses dados devem ser repassados aos(às) professores(as), para que possam novamente refletir sobre práticas pedagógicas necessárias. Além disso, o(a) coordenador(a) deve explicitar quais são os direitos dos(as) estudante com deficiência, enfatizando os recursos e os serviços da instituição que podem ser acionados por eles(as).

4º Passo

O acompanhamento dos(as) estudantes com deficiência deve ser contínuo, por duas razões principais: (1) garantir que estejam recebendo o apoio necessário, permitindo o planejamento e a execução de ações adequadas; e (2) aprimorar o processo pedagógico no que se refere às práticas dos(as) docentes, considerando o atendimento às necessidades educacionais dos(as) estudantes.

Como fazer esse acompanhamento? No campo da Pedagogia, existem orientações sobre como examinar o progresso dos(as) estudantes mediante as exigências curriculares (Gimeno Sacristán, 1998). Com base nisso, sugere-se que a coordenação mantenha um arquivo no qual seja possível reunir as seguintes informações:

- **Identificação do(a) estudante:** dados básicos e contato do responsável.
- **Informações contextuais:** histórico do ensino médio; se faz ou fez acompanhamento especializado (psiquiátrico, psicológico, terapeuta ocupacional, fonoaudiólogo etc.); se faz uso de medicação regular.
- **Interações e comportamentos:** como são suas interações sociais (facilidade ou dificuldade para interagir com colegas, professores e outros); preferências sociais (atividades individuais ou em grupo).
- **Aspectos cognitivos e acadêmicos:** desempenho acadêmico em diferentes disciplinas; nível de atenção e concentração em sala de aula; potencialidades e dificuldades observadas.
- **Necessidades específicas:** presença de alguma deficiência ou transtorno diagnosticado; adaptações necessárias no ambiente acadêmico (físicas, curriculares ou de comunicação); uso de tecnologias assistivas ou outros recursos pedagógicos.
- **Estratégias, intervenções e adaptações realizadas:** o que os(as) professores(as) fizeram para atender às demandas dos(as) estudantes; o que não conseguiram fazer.
- **Recomendações:** ações que ainda precisam ser implementadas.
- **Evolução do(a) acadêmico(a):** considerar o desenvolvimento do(a) estudante ao longo do semestre.

O Quadro 3 apresenta uma série de informações no formato de perguntas e respostas que podem auxiliar, de forma concreta e pontual, os(as) coordenadores(as).

Quais são os direitos do(a) estudante com deficiência?



O(a) estudante com deficiência tem direito à acessibilidade em todas as suas dimensões, conforme a Lei Brasileira de Inclusão (LBI) – Lei nº 13.146/2015 (Brasil, 2015b). Isso inclui adaptações curriculares, recursos de tecnologia assistiva, apoio especializado, avaliações acessíveis e atendimento educacional adequado às suas necessidades.



É preciso apresentar laudo médico ou psiquiátrico para solicitar algum tipo de apoio?

Não necessariamente. O acesso a apoios e serviços de acessibilidade não depende da apresentação de laudo médico, conforme orientam a LBI e a PNEEPEI. A autodeclaração do(a) estudante é suficiente para iniciar o processo de acolhimento e adequações. Todavia, dependendo do funcionamento da unidade universitária, pode ser solicitado o laudo para que o(a) estudante possa obter acesso a certos tipos de apoio, como o financeiro.

Posso entrar em contato com o(a) estudante autodeclarado(a) com deficiência e mencionar que sei sobre sua condição?

Sim, mas com cuidado e sigilo. O contato deve ser feito de forma acolhedora, apenas para oferecer apoio, e não para expor a condição do(a) estudante. Recomenda-se entrar em contato por e-mail institucional, esclarecendo que o objetivo é assegurar condições de acessibilidade e convidando-o(a) para uma conversa reservada, caso deseje. Em hipótese alguma a informação sobre a deficiência deve ser compartilhada com terceiros sem o consentimento expresso do(a) estudante.

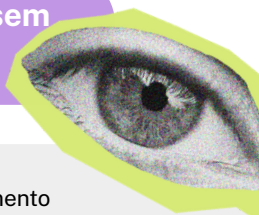


Devo orientar os(as) professores(as) a facilitarem provas ou aprovarem automaticamente estudantes com deficiência?

Não. Um dos princípios da inclusão é o da equidade, e não o da condescendência ou apenamento. O(a) estudante com deficiência deve ser avaliado(a) pelos mesmos critérios de aprendizagem, mas com flexibilidade e/ou adaptações razoáveis, como tempo ampliado, formato alternativo de prova, uso de tecnologia assistiva ou apoio do intérprete de Libras. A aprovação automática fere o princípio da qualidade da educação e não promove autonomia.

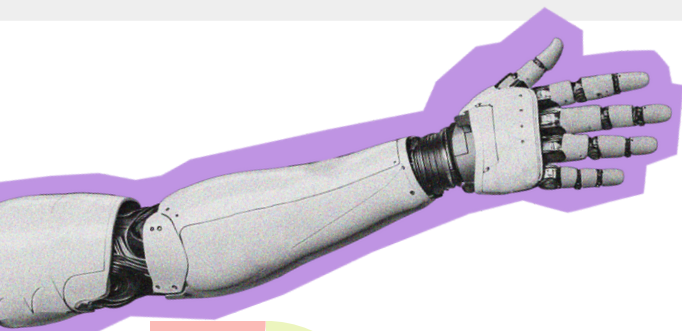
Posso acionar algum tipo de apoio especializado sem o conhecimento do(a) estudante?

Não. A atuação deve sempre respeitar a autonomia e o consentimento do(a) estudante. É recomendável conversar com ele(a) e informá-lo(a) sobre os tipos de apoio disponíveis, para que participe das decisões sobre seu próprio processo educacional. O encaminhamento sem consentimento pode ser interpretado como violação de privacidade.



O que fazer quando o(a) estudante apresenta sinais de dificuldade, mas não se autodeclara com deficiência?

Inicialmente, reunir informações relevantes, como histórico escolar e observações dos(as) professores(as). Em seguida, entrar em contato com o(a) estudante via e-mail, explicando a preocupação com seu desempenho acadêmico e abrindo a possibilidade de uma conversa presencial e reservada, caso ele(a) deseje.





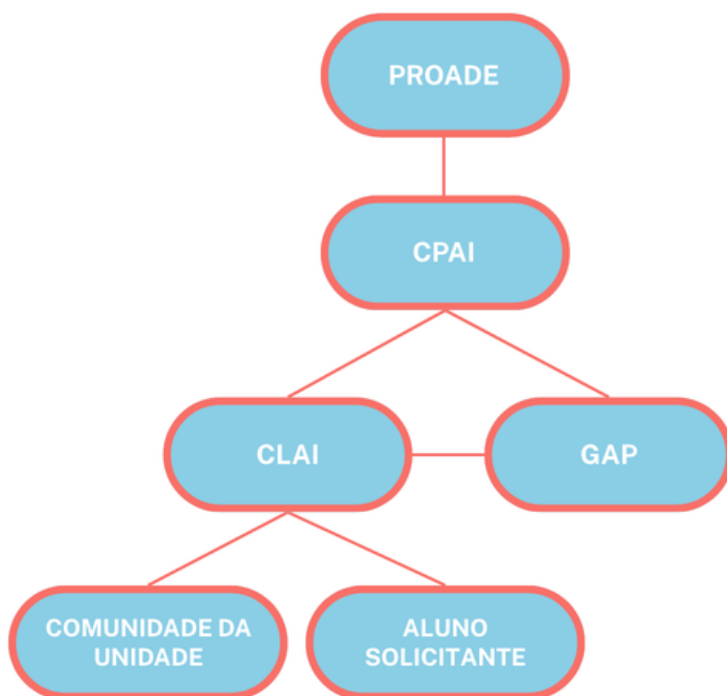
Quem devo procurar na universidade para obter orientações sobre acessibilidade?

Cada universidade e cada campus possui sua política de inclusão e fluxos próprios de atendimento. Por isso, é fundamental apropriar-se das diretrizes institucionais. Um primeiro caminho possível é o contato com a Seção Técnica de Graduação ou com a Pró-Reitoria de Graduação. Além disso, há comissões gerais e locais de acessibilidade, compostas por profissionais capacitados para prestar orientações e determinar o fluxo de ações. Nesse sentido, podem ser acionados núcleos de acessibilidade (quando houver), clínicas-escola e serviços de saúde.



O fluxograma esquematizado na figura 1, representa a organização da estrutura de apoios que podem ser acionados para garantir suporte aos estudantes. Resumidamente, a instituição **UNESP** conta com a **PROADE** que é o órgão central responsável por planejar, coordenar e executar políticas que garantam a democratização e apoio à permanência estudantil, sendo assim, institui e orienta fluxos de ações como o caso em questão. O estudante ou coordenador(a) de curso aciona a **CLAI** (Comissão Local de Acessibilidade e Inclusão) para receber informações e orientações necessárias, considerando as particularidades do caso. A partir daí, a **CLAI** trabalha em estreita colaboração com o **GAP** (Grupo de Apoio Pedagógico) para viabilizar as adequações necessárias. Cabe destacar que na **UNESP** de Bauru há ainda a Seção Técnica de Saúde (**STS**) que promove apoio individualizado às questões de saúde do acadêmico, bem como as da ordem psicopedagógica em parceria com o **GAP**. Quando se fazem necessários outros procedimentos é possível acionar a **CPAI** (Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão).

Figura 1 – Fluxograma de apoios que podem ser acessados e acionados pelos(as) coordenadores(as)



Fonte: Elaboração própria mediante orientação da PROADE

Síntese das ações a serem realizadas:

1

Procurar conhecer a política de inclusão da universidade e os pontos de apoio. Por exemplo, o site da PROADE fornece várias informações sobre diversidade e inclusão; na UNESP de Bauru o estudante pode procurar a Seção Técnica de Saúde (STS), solicitar apoio psicológico e encaminhar suas demandas de adaptação pedagógica ao Grupo de Apoio Pedagógico (GAP).

2

Orientar os(as) estudantes com deficiência que não se autodeclararam no Sistema de Graduação (SISGRAD) a sinalizar sua condição na ocasião da matrícula, pois isso possibilita o acesso ao suporte educacional. Essa ação pode ser realizada via e-mail ou por meio de comunicados em sala.

3

Convidar o(a) estudante que se autodeclara com deficiência no SISGRAD para uma conversa no início do semestre, com o objetivo de acolhê-lo(a) e compreender suas necessidades e demandas, sem ferir a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) – Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Brasil, 2018).

4

Entrar em contato com a CLAI em caso de dúvidas sobre as ações a serem realizadas para garantir o suporte ao(à) estudante com deficiência.

5

Junto aos(às) docentes, incentivar práticas pedagógicas flexíveis e avaliações diversificadas.

Síntese das ações a serem realizadas:

6

Fazer a mediação entre discentes e docentes.

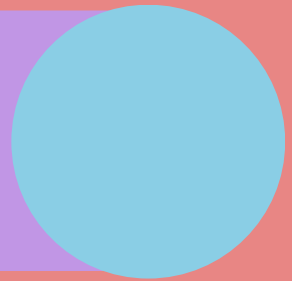
7

Ao final de cada semestre, avaliar se as práticas adotadas foram efetivas e eficazes no suporte ao(à) estudante com deficiência. Para isso, entrar novamente em contato com o(a) discente e discutir os casos com os(as) docentes que tiveram, em suas disciplinas, a presença de estudantes com deficiência.





4^a Seção



Superando barreiras comunicacionais e atitudinais: *dicas sobre como interagir com* *pessoas com deficiência*

CA compreensão contemporânea de deficiência, conforme a *LBI – Lei nº 13.146/2015 (Brasil, 2015b)* – e a *Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência* da ONU, ratificada pelo Brasil com equivalência constitucional – por meio do *Decreto Legislativo nº 186, de 2008 (Brasil, 2008b)* –, entende a deficiência como o resultado da interação entre pessoas com impedimentos de longo prazo e as barreiras presentes no ambiente – físicas, comunicacionais, tecnológicas, pedagógicas e atitudinais – que limitam sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais. Essa concepção desloca o foco do indivíduo para o contexto social, reforçando que é o meio que deve se adaptar para garantir acessibilidade.



Como exposto em seção anterior, barreiras atitudinais se expressam em comportamentos, crenças e práticas que reforçam a discriminação. O estigma é uma marca atribuída a alguém em razão de características consideradas negativas, indicativas de déficit ou de valor social reduzido.

Ele produz preconceito, compreendido como um conjunto de saberes estereotipados que reduzem o indivíduo a certas características. Além disso, o preconceito mobiliza uma dimensão afetiva – sentimentos e reações emocionais negativas em relação ao estigmatizado – que afetam profundamente as interações interpessoais e a vivência acadêmica das pessoas com deficiência.

Considerando as informações expostas por *Acuna (2022)*, *Leite et al. (2023)* e *Melo (2008)* e com o intuito de avançar na superação de barreiras atitudinais e comunicacionais, serão apresentadas orientações gerais e específicas sobre como interagir de forma respeitosa e adequada com pessoas com diferentes tipos de deficiência.

Orientações Gerais

1

Conviver com pessoas com deficiência exige sensibilidade, respeito e compreensão das diferenças humanas como parte natural da diversidade. Cada pessoa possui suas singularidades, seus ritmos e seus modos próprios de participar da vida acadêmica. Essas diferenças não tornam ninguém melhor ou pior; apenas expressam a pluralidade que caracteriza o ser humano.

2

De acordo com a LBI (Brasil, 2015b), o termo adequado é “pessoa com deficiência”. Evite expressões como “deficiente”, “portador de deficiência” ou outros termos que reduzam o sujeito à sua condição. Da mesma forma, a deficiência não deve ser motivo de piadas, zombarias ou comentários depreciativos – e qualquer forma de discriminação ou constrangimento deve ser repudiada e, se necessário, denunciada.

3

Evite atitudes capacitistas, isto é, comportamentos ou falas que tratam a pessoa com deficiência como inferior ou excepcional apenas por realizar atividades cotidianas. Expressões como “você nem parece ter deficiência” ou “mesmo com deficiência, conseguiu fazer...” reforçam estereótipos e devem ser evitadas. Também não é adequado infantilizar o sujeito ou supervalorizar suas ações.

4

Aja de forma natural e respeitosa. Reconheça a deficiência, mas não a transforme no centro da relação. É comum que, no início da convivência, surjam dúvidas ou certo constrangimento; o importante é manter o respeito e compreender que pessoas com deficiência não são doentes, mas sim indivíduos com limitações específicas e inúmeras potencialidades, como qualquer outra pessoa. Evite sentimentos de pena ou piedade, substituindo-os por atitudes de empatia.

5

Quando perceber que uma pessoa com deficiência pode estar enfrentando dificuldades, identifique-se e ofereça ajuda com discrição. Caso ela não deseje receber apoio, respeite a decisão e não insista. Se aceitar, lembre-se de que auxiliar é diferente de realizar a atividade por ela; trata-se de oferecer o suporte necessário para que possa realizar por conta própria.

6

Nem todas as pessoas com deficiência necessitam do mesmo tipo de apoio, e muitas delas preferem realizar suas tarefas de forma independente. Ouvir, dialogar e respeitar as preferências individuais é o caminho mais seguro para construir um ambiente acadêmico livre de barreiras atitudinais.

Orientações Gerais

Além das orientações gerais, é importante considerar aspectos específicos de cada tipo de deficiência. O Quadro 4 apresenta recomendações práticas para favorecer interações respeitosas e adequadas no cotidiano universitário.

Quadro 4 – Orientações específicas para interação com pessoas com deficiência

Tipo de deficiência/ condição	Como interagir
Deficiência Física	• Trate equipamentos de apoio (cadeira de rodas, muletas, bengalas) como parte do corpo da pessoa – não os toque ou movimente sem consentimento. • Verifique previamente a acessibilidade dos espaços (salas, auditórios, laboratórios, banheiros, rampas e elevadores) antes de marcar reuniões, aulas ou eventos com a participação do(a) estudante. • Durante conversas prolongadas, procure se manter no mesmo nível visual da pessoa cadeirante, favorecendo o conforto e a interação. • Em deslocamentos, acompanhe o ritmo da pessoa, evitando atitudes que sugiram pressa ou impaciência. • Assegure que o(a) estudante tenha autonomia no uso de equipamentos, mobiliários e recursos do ambiente acadêmico.

Tipo de deficiência/ condição	Como interagir
Deficiência Auditiva	• Para iniciar uma conversa, toque levemente no braço da pessoa ou acene dentro do seu campo de visão, sempre mantendo contato visual durante o diálogo. Fale claramente, de frente para a pessoa, mantendo a boca visível; não é preciso gritar, a menos que ela solicite um tom mais alto. Use expressões faciais e corporais – elas ajudam a transmitir o tom da mensagem, já que variações na entonação da voz não são percebidas. • Se você não compreender o que a pessoa surda quer dizer, peça para repetir. Persistindo a dificuldade, solicite que ela escreva a mensagem. Quando houver a presença de intérprete de Libras, dirija-se sempre à pessoa surda, e não ao intérprete. • Evite termos pejorativos como “mudinho” ou “surdo-mudo” – é uma ofensa. O termo adequado é “pessoa surda” ou “pessoa com deficiência auditiva”.
Deficiência Visual	• Ao falar com uma pessoa com deficiência visual, comunique-se verbalmente, evitando gestos ou expressões faciais que não serão percebidos. • Fale em tom de voz natural – não há necessidade de elevar o volume; apenas enfatize o tom emocional quando necessário, já que o comportamento não verbal não será visto. • Autodescreva-se para a pessoa perceber com quem está falando. Se precisar se retirar, avise sempre. • Ao conduzi-la por locais estreitos, posicione seu braço para trás, permitindo que ela siga logo atrás. Ao guiá-la até uma cadeira, coloque sua mão no encosto e informe se a cadeira tem ou não braços. • Evite diminutivos e termos pejorativos como “ceguinho”. O adequado é utilizar “pessoa com deficiência visual”.
Deficiência Intelectual	• Cumprimente e converse normalmente, demonstrando interesse e acolhimento. Use linguagem clara e objetiva, evitando figuras de linguagem como ironias, metáforas ou catacreses. • Evite infantilizar, superproteger, usar apelidos depreciativos ou chacotas diante de comportamentos não verbais e/ou considerar fazer todo o tipo de atividade para a pessoa sem que ela deseje ajuda.



Tipo de deficiência/ condição	Como interagir
TEA	• Evite exigir contato visual – a ausência dele não significa desinteresse; continue a conversa mesmo que o olhar ou as reações não correspondam às expectativas comuns. • Inicie conversas com temas de interesse da pessoa, quando souber. Mantenha clareza e objetividade ao falar, evitando ironias, trocadilhos ou linguagem figurada. • Compreenda comportamentos inesperados como formas de expressão diante de sobrecarga sensorial ou emocional.

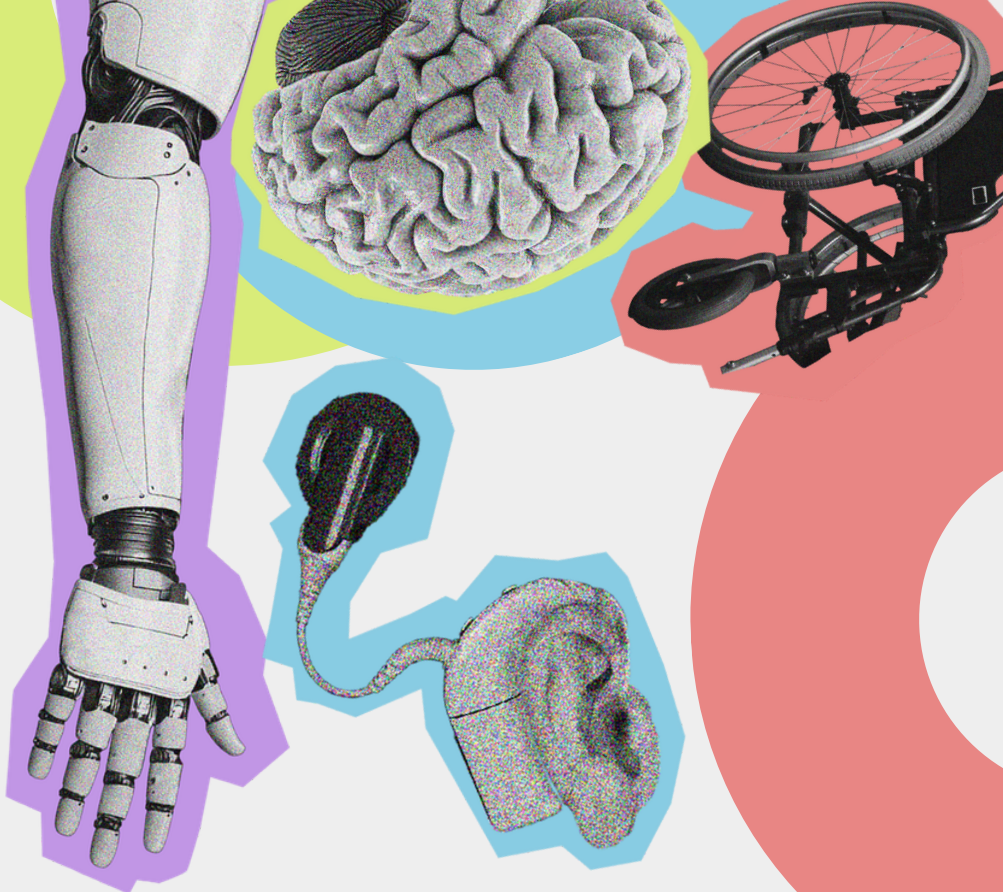
Fonte: elaboração própria

Caso de discriminação

É esperado que a pessoa que sofreu alguma discriminação não deseje novas exposições, seja por medo de retaliação ou por não estar em condição emocional de falar sobre o caso. Por isso, é preciso abordar a situação e os envolvidos com sutileza. Buscar esclarecimentos junto aos(as) professores(as) e colegas pode ajudar a compreender o ocorrido.

Abordar informalmente o(a) estudante que foi vítima pode ser uma opção; caso ele(a) se disponha a relatar a situação, ouça com atenção, informe sobre a possibilidade de acionar serviços psicológicos, converse diretamente com os envolvidos e tome as providências cabíveis. Se o(a) estudante não se sentir confortável para falar sobre a situação com o(a) coordenador(a) de curso, ele(a) pode acionar a Ouvidoria da universidade para que as medidas apropriadas sejam tomadas.





AGORA É COLOCAR EM PRÁTICA!

Espera-se que este material sirva como referência e inspiração para a construção de práticas inclusivas no Ensino Superior, de modo a contribuir para que a universidade cumpra plenamente seu papel social.

Referências

ACUNA, J. T. **Acessibilidade pedagógica ao universitário com Transtorno do Espectro Autista:** contribuições da psicologia à prática docente. 2022. 185 f. Tese (Doutorado em Psicologia do Desenvolvimento e da Aprendizagem) – Universidade Estadual Paulista, Bauru, 2022.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. **Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002**. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos, [2002]. Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10436.htm. Acesso em: 30 out. 2025.

BRASIL. Portaria nº 3.284, de 7 de novembro de 2003. Dispõe sobre requisitos de acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências [...]. **Diário Oficial da União:** seção 1, Brasília, DF, n. 219, p. 12, 11 nov. 2003.

BRASIL. Ministério da Educação. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC/SEESP, 2008a. Disponível em:

<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/politica.pdf>. Acesso em: 30 out. 2025.

BRASIL. **Decreto Legislativo nº 186, de 2008**. Aprova o texto da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e de seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova Iorque, em 30 de março de 2007. Brasília: Congresso Nacional, [2008b]. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/congresso/dlg/dlg-186-2008.htm. Acesso em: 30 out. 2025.

BRASIL. Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista; e altera o § 3º do art. 98 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. **Diário Oficial da União:** seção 1, Brasília, DF, n. 250, p. 2, 28 dez. 2012.

BRASIL. Ministério da Educação. **Orientações para implementação da política de educação especial na perspectiva da educação inclusiva**. Brasília: MEC, 2015a. Disponível em:

https://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=17237-secadi-documento-subsidiario-2015&Itemid=30192. Acesso em: 8 dez. 2025.

Referências

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, n. 127, p. 2-11, 7 jul. 2015b.

BRASIL. Lei nº 13.409, de 28 de dezembro de 2016. Altera a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, para dispor sobre a reserva de vagas para pessoas com deficiência nos cursos técnico de nível médio e superior das instituições federais de ensino. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, n. 250, p. 3, 29 dez. 2016.

BRASIL. Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018. Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD). **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, n. 157, p. 59-64, 15 ago. 2018.

GIMENO SACRISTÁN, J. **O currículo**: uma reflexão sobre a prática. 3. ed. Tradução: Ernani F. da Fonseca Rosa. Porto Alegre: ArtMed, 1998.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Censo da Educação Superior 2024**. Brasília: Inep, 17 set. 2025. Disponível em: https://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/documentos/2024/apresentacao_censo_da_educacao_superior_2024.pdf. Acesso em: 30 out. 2025.

LEITE, L. P.; OLIVATI, A. G.; CIANTELLI, A. P. C.; PAPARELLA, D. S.; ACUNA, J. T.; OLIVEIRA, T. P. de. **Transtorno do Espectro Autista**: guia de orientações para as Instituições de Ensino Superior. Coordenadoria de Ações Afirmativas Diversidade e Equidade (CAADI). São Paulo: Unesp, 2023. Disponível em: https://www.pessoacomdeficiencia.sp.gov.br/wp-content/uploads/2023/07/SEDPcD_Unesp_GuiaTEAEnsinoSuperior.pdf. Acesso em: 8 dez. 2025.

MELO, F. R. L. V. de. Pessoas com deficiência na universidade: como devemos nos comportar e ajudá-los. **BiblioCanto**, Natal, v. 5, n. 1, p. 1-5, jan./jun. 2008.

SINGER, J. **NeuroDiversity**: The birth of an idea. [S. l.]: Judy Singer, 2017.

Referências

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA. **Resolução Unesp nº 21, de 5 de maio de 2011.** Dispõe sobre a Coordenação de Curso de Graduação. [S. l.]: Unesp, [2011]. Disponível em: <https://www2.unesp.br/Home/prograd/resolucao-unesp-n-21-2011.pdf>. Acesso em: 8 dez. 2025.

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA. **Portaria Unesp nº 69, de 12 de fevereiro de 2020.** Institui as Diretrizes Gerais da Política de Acessibilidade e Inclusão na Universidade Estadual Paulista “Julio de Mesquita Filho” - Unesp. [S. l.]: Unesp, [2020]. Disponível em: <https://www.ibilce.unesp.br/Home/Comissoes671/portarias-69-2020.pdf>. Acesso em: 8 dez. 2025.

Referências de Recursos Imagéticos

FREEPIK. **Designed by Freepik.** Retrato de mulher com deficiência em cadeira de rodas. Fotografia. Disponível em: https://br.freepik.com/fotos-gratis/retrato-de-mulher-com-deficiencia-em-cadeira-de-rodas_48047332.htm

FREEPIK. **Designed by Freepik.** Retrato de homem afro-americano. Fotografia. Disponível em: https://br.freepik.com/fotos-gratis/retrato-de-homem-afro-americano_17625341.htm

FREEPIK. **Designed by Freepik.** Retrato de expressiva mulher afro-americana. Fotografia. Disponível em: https://br.freepik.com/fotos-gratis/retrato-de-expressiva-mulher-afro-americana_17624609.htm

PVPRODUCTIONS. **Designed by Freepik.** Sad school girl dressed yellow tshirt arms folded on white background. Fotografia. Disponível em: https://www.freepik.com/free-photo/sad-school-girl-dressed-yellow-tshirt-arms-folded-white-background_115212372.htm#fromView=search&page=1&position=3&uuid=483ac2d7-f553-49f7-85df-e6404c4db22f&query=Crian%C3%A7a+de+perfil

ISBN: 978-65-02-05495-6

Título: Guia para coordenadores de curso

Subtítulo: Orientações para a inclusão de estudantes com deficiência

Formato: Livro Digital

Veiculação: Digital